

CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA DO LAR DE IDOSOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DOS ALTARES

Angra do Heroísmo, 12 de junho de 2013

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Com este ato simbólico, que marca o início das obras de construção do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia dos Altares, o Governo dos Açores associa-se à concretização de mais uma resposta social de apoio às famílias e, em especial, aos nossos idosos, a qual vem complementar as valências já existentes nesta Santa Casa da Misericórdia e vem reforçar também o trabalho que esta instituição desenvolve.

Este investimento e os recursos financeiros que o Governo dos Açores afeta a este investimento, e que são de valor superior a um milhão de euros, só são possíveis em virtude desta prioridade política que tem estado muito bem definida e que fazemos questão de realçar, que é exatamente a coesão social: o apoio às famílias, o apoio às Açorianas e aos Açorianos, sobretudo nesta conjuntura.

Foi a pensar nas pessoas e na comunidade que avançamos com esta parceria e, também, porque entendemos que é nossa obrigação, enquanto entidade pública, cuidar e apoiar aqueles que já muito contribuíram para o progresso e para o desenvolvimento da nossa terra, ou seja, os nossos idosos.

É assim mais uma prova - se provas fossem ainda mais necessárias - de que o objetivo político que foi definido por este Governo de não deixar ninguém para trás constitui um objetivo no qual temos trabalhado, que continuaremos a trabalhar nas suas mais diversas vertentes, mantendo o nosso programa de intervenção na área de apoio aos idosos, de apoio à nossa infância, à juventude, de apoio a todos os setores mais fragilizados da nossa sociedade e que necessitam que as entidades públicas assumam cabalmente essa tarefa.

Neste sentido, temos um conjunto de intervenções, de projetos, uns que estão já em curso, já em fase de obra, outros que estão ainda na fase de programação e na fase de planeamento. Destes destacaria, desde logo, as obras de construção dos centros de Dia e de Convívio e o Serviço de Apoio Domiciliário do Porto Judeu, na ilha Terceira, a construção do Lar de Idosos do Pico da Pedra e a ampliação do Lar de Idosos da Maia, na ilha de São Miguel, a construção dos centros de Dia e de Noite da Urzelina, na ilha de São Jorge, para além de outros, como a ampliação do Lar de Idosos da Piedade, na ilha do Pico, e a melhoria dos serviços de apoio ao Lar de Idosos na ilha do Corvo.

Aquilo que daqui decorre é que continuamos a desenvolver uma atividade que visa dar resposta a este objetivo de coesão social, criando as condições, não apenas por nós próprios, pois não é esta uma tarefa apenas do Governo ou dos entes públicos, mas fomentando e criando, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia dos Altares, as parcerias que são necessárias para que este caminho chegue a bom fim, para que este objetivo seja concretizado.

Os desafios dos novos tempos elevaram o grau de exigência quanto à afetação de recursos públicos, quanto à gestão de recursos públicos e os Açores dispõem atualmente de uma rede de apoio social sem paralelo no país, fruto do empenhamento de centenas de instituições, de milhares de Açorianos que todos os dias prestam um serviço inestimável a todos aqueles que usufruem desta componente da ação política do Governo e dos resultados dessas parcerias.

Mas nós queremos mais, queremos não apenas alargar cada vez mais as condições pelas quais podemos beneficiar ainda mais pessoas, como queremos, em relação à ação que já desenvolvemos, que ela seja cada vez melhor, cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais eficaz e cada vez mais eficiente.

É por isso que hoje aqui posso anunciar que o Governo já tem concluídos os trabalhos relativos à reforma do financiamento público às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Relativamente a esta reforma, há algumas notas características que eu gostaria de partilhar convosco, mas, sobretudo, partilhar convosco aquilo que é o grande lema, digamos assim, o objetivo, o lema que serve esta reforma do financiamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social e que pode ser reduzido a duas palavras: mais e melhor.

Mais, porque passamos de um financiamento às Instituições Particulares de Solidariedade Social de cerca de 52 milhões de euros para um financiamento que ultrapassa os 53,5 milhões de euros. Consideramos que, nesta conjuntura, faz sentido, tem razão de ser esse esforço acrescido de financiamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, sobretudo para conseguirmos este objetivo de não deixar ninguém para trás em parceria.

Em segundo lugar, mais, porque ampliámos a capacidade de resposta dessas instituições. O mesmo é dizer que a capacidade de resposta que essas instituições dão, a necessidades de camas, por exemplo, para utentes mais idosos é reforçada em mais de dois milhares de Açorianos que veem assim essa capacidade de terem acesso a esse tipo de serviços.

Mas também melhor, porque o que pretendemos é introduzir um critério que valorize cada vez mais a eficácia da gestão, a eficácia do trabalho que essas instituições desenvolvem e que, por essa via, consiste na definição de um critério uniforme, transparente e rigoroso que iguala o apoio de todas as instituições em função da sua atividade, introduzindo um apoio igual por cada utente e, naturalmente, diferenciado em função de cada uma das diversas valências de que falámos.

A consequência desta reforma nos estudos que já temos concluídos é que, de 233 Instituições Particulares de Solidariedade Social com as quais existem protocolos, 163 mantêm ou reforçam o seu financiamento por esta via, com condições que permitem dar este sinal de eficácia e de eficiência e, sobretudo, capacidade de progressão neste serviço, sendo que cerca de 60 verão este valor ajustado.

Estas alterações têm também uma ideia fundamental. É que elas são feitas em função dos utentes de cada uma das valências que existem nos Açores. Não em função daquilo que são os custos de cada instituição, mas em função daquilo que é o utente e, por essa via, contribuindo também para o desenvolvimento de uma resposta cada vez mais eficaz e cada vez mais eficiente.

É esta a nossa intervenção política. É esta a nossa intervenção do ponto de vista da ação do Governo porque, se é certo que todos nós estamos submersos nesta turbulência que se vive nos dias que correm, o certo é que, aqui nos Açores, o Governo responde presente a esse desafio de, até ao limite das suas competências, até ao limite dos seus recursos, estar ao lado das Açorianas e dos Açorianos, criando as condições para uma resposta, neste caso, social que lhes sirva e que os ajude a ultrapassar o momento em que vivemos.

Muito obrigado a todos e as maiores felicidades à Santa Casa da Misericórdia dos Altares.